

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PROTAGONISMO ASSEMBLEIANO NO CONGRESSO NACIONAL (2015)

CARNEIRO, Washington Phillip Spanhol¹

Resumo: O artigo pretende abordar o protagonismo pentecostal assembleiano no Congresso Nacional. Procura discutir o sucesso eleitoral de tais candidatos e sua possível relação com pautas conservadoras comuns na arena política que podem permitir a vitória nas urnas. Busca destacar, por meio de uma análise comparativa, algumas das estratégias eleitorais desse segmento religioso na corrida eleitoral. Isso, para que se possa tentar compreender o sucesso de tais candidatos na corrida eleitoral para a 55ª legislatura (2015-2019) e sua relação com a imposição de uma agenda política mais conservadora que se choca com matérias de interesse público em geral na atual legislatura.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; Eleições; Política.

1 INTRODUÇÃO

O protagonismo pentecostal no seio da política é notável. No cenário nacional, como grupo de pressão, emerge oficialmente a partir da década de 1980 e parece que tende a compor um projeto corporativo mais geral e de ocupação do espaço público como projeto de poder, seguindo a mesma lógica da cultura política brasileira.

A religião como um fenômeno social tende a refletir transformações em sua estrutura ligadas à totalidade da sociedade. Dentre as práticas que lentamente foram se incorporando no meio evangélico e pentecostal figura o “voto de cajado”, ou de “cabresto”, resquício do *coronelismo* que se consolidou como parte da cultura política nacional ao longo da história da república. Esse fenômeno “pressupunha uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada” (LEAL, 2012, p. 16).

O que se convencionou chamar de cultura política nacional é suplementada por práticas como o fisiologismo dos partidos, o clientelismo e o paroquialismo eleitoral presente na cultura política brasileira nos planos nacional e subnacional. Os evangélicos souberam aproveitar bem essa lógica e remeteram o seu impulso ascendente, seu crescimento e expressão social para a corrida eleitoral.

¹ CARNEIRO, Washington P. S. **Eleições Legislativas e protagonismo assembleiano no Congresso Nacional (2015)**. Vitória, 2015. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O crescimento do fenômeno religioso pentecostal é fato representado por pesquisas que apontam sua expansão pelas diversas regiões do país. A partir da implantação da Assembleia de Deus (AD) na primeira metade do século XX em solo brasileiro, sua projeção no cenário nacional não parou de crescer acompanhando a evolução da população evangélica como um todo segundo os dados do IBGE (2000; 2010).

Entre 1940 e 1980 os evangélicos cresceram muito e passaram de 2,6% para 6,6% da população. A partir da década de 1980, ultrapassou significativamente o crescimento de outras religiões no Brasil alcançando mais de 15% da população em 2000. Os evangélicos evoluíram mais de 10% em relação aos católicos. Segundo os dados do IBGE (2010),

Os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010 chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Em 1991, este percentual era de 9,0% e em 1980, 6,6% (IBGE, 2010).

Uma das hipóteses usadas para explicar esse movimento relaciona a redução de quadro católico ao proselitismo pentecostal anticatólico e asceta durante longo período. Contudo, o pentecostalismo brasileiro cresce acompanhando o processo de industrialização e urbanização do país ao longo do século XX. Alcança as áreas urbanas do centro-sul e se expande por todo o território nacional por meio das levas de migração dos anos 1980 levando a mensagem pentecostal.

As igrejas são o próprio agente desse crescimento por meio de proselitismo, do evangelismo, incremento de práticas e estratégias de marketing e administração, bem como disseminação do discurso pentecostal por rádio, TV naquele momento e, atualmente, pela internet. Para prosseguir na saga da salvação, algumas denominações evangélicas de origem pentecostal já utilizam largamente instrumentos de marketing em todas as esferas da comunicação, grandes emissoras de televisão e concessões de emissoras rádio² como ferramentas para alcançar suas metas de crescimento no disputadíssimo “mercado da fé” (como a IURD).

²Pode-se mencionar, por exemplo, o número de estações retransmissoras da IURD que conta com 12 emissoras próprias e 82 afiliadas; a Rede Internacional de Televisão (RIT) que em 2004 contava com 30 estações retransmissoras e passou para 170 em 2008, também a Rede Boas Novas da Assembleia de Deus que possui 3 emissoras próprias e 82 retransmissoras, o interessante é que foi fundada em período recente da história dessa denominação, em 1993 (CAMPOS, 2008). Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>; Acesso em: 12 de set. 2012.

Com isso, assumem um papel de relevância no contexto político nacional, com um poder grande de negociação por suas “aspirações hegemônicas que têm que ser levadas em conta em qualquer discussão das implicações da democracia hoje” (FREESTON, 1999, p. 336).

2 A PRESENÇA PENTECOSTAL NO CONGRESSO NACIONAL

Os evangélicos estiveram durante muito tempo longe da arena política e da corrida eleitoral. Ganham projeção apenas da década de 1980, após as eleições de 1982 e das eleições de 1986 para o Congresso Constituinte no contexto das “Diretas já!”. Em 1982 elegeram-se 12 deputados federais evangélicos, sendo que 2 eram pentecostais. Em 1986 foram eleitos 32 deputados evangélicos e 18 eram pentecostais.

Os pentecostais obtiveram um crescimento de cerca de 900% de sua representação no parlamento no período. A AD obteve o maior número de deputados com sucesso eleitoral elegendo-se 13 deputados por esse segmento religioso. Nos anos seguintes, conseguiram aumentar gradativamente a sua representatividade no plano nacional e subnacional. No pleito de 2010, foram eleitos 73 parlamentares evangélicos sendo 70 deputados e 3 senadores contra 36 integrantes eleitos em 2006, sendo que dos 70 parlamentares, cerca de 44 eram pentecostais e mais de 20 da AD.

O crescimento dos evangélicos apontado pelo IBGE (2010) colocou em sua pauta a defesa da “*família tradicional*”. Fator relevante também no crescimento da AD, que alcançou a cifra de 12 milhões de fiéis, o maior segmento evangélico e o segundo maior segmento religioso do Brasil, atrás apenas da Igreja Católica. A AD ampliou seu campo de ação, não apenas formalmente com sua ritualística tradicional, houve incursões nos canais de comunicação de grande difusão como o rádio, a televisão e pela internet não apenas para o proselitismo, mas também para alcançar objetivos políticos, baseados em uma pauta moralizante.

Defensores de uma agenda conservadora, os pentecostais têm mudado o seu perfil social e político. Não apenas compõem uma faixa da população com baixa renda e escolaridade, mas alcançam indivíduos de classe média e alta, a exemplo das igrejas que cederam à

teologia da prosperidade. A busca por espaço nesse “mercado da fé” parece que levou a denominação a se aproximar da esfera secular para a sobrevivência e permanência de sua expansão a partir da abertura política no processo de redemocratização após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985).

Economicamente, subprodutos e mercadorias voltados para esse segmento têm obtido um crescimento e aceitação por grande parte da população. Politicamente, o fenômeno religioso pentecostal tende a traduzir demandas internas como questões políticas, elegendo-se representantes para atender a tais demandas institucionais por via da arena política. Fato que pode se refletir, em alguma medida, na escolha do eleitorado pentecostal, no que concerne a seus pares, o que se dá por meio da identificação religiosa.

Ficou marcada por grande repercussão em 1986 a expressão “*Irmão vota em irmão*”, título do livro de Josué Sylvestre, um assembleiano, assessor no Senado à época. Sua retórica conduzia ao convencimento dos evangélicos para votarem em candidatos do meio evangélico segundo argumentos com base em textos bíblicos. Essa suposta “escolha” se dá pela defesa de nomes e de indivíduos, a partir de prévias internas, para ocuparem cargos de representação política como um “projeto de poder”, apesar disso não ser afirmado explicitamente por algumas lideranças desse segmento (FREESTON, 1993).

Seguindo os passos da cultura política ao longo da história, do período colonial e das etapas seguintes da construção da estrutura social brasileira, a matriz pentecostal tradicional recebeu traços de uma cultura que herdou o autoritarismo como regra da ação coletiva, o patrimonialismo, certo gregarismo, que valoriza contatos pessoais em função de condições sociais e econômicas que propiciavam a limitação da ação político-ideológica em lugares como, por exemplo, as “zonas rurais do nordeste” no início dos anos 1960 e que se imbricaram no seio do segmento religioso e nas suas práticas políticas (BAPTISTA, 2009, p. 84).

O pentecostalismo assembleiano brasileiro trilha um movimento de adaptação, mutabilidade em sua forma de compreensão do mundo, que associa o misticismo ao ascetismo intramundano num primeiro momento. Esse movimento exigiu a institucionalização da denominação AD, por seu crescimento nos anos seguintes, bem

como pelas características culturais legadas da trajetória histórica do país que se associaram às estruturas de poder dentro da organização dessa denominação. Isso, possivelmente se refletiu na organização política do corpo eclesiástico e da própria instituição em si (ALENCAR, 2013).

A AD irá se afirmar por meio da organização de um aparelho burocrático-institucional ao longo de sua trajetória para alcance de seus objetivos como instituição religiosa. Fato que a distancia do discurso apocalíptico e místico, transitando para visão “desencantada” do mundo. Uma racionalidade próxima da realidade secularizada das relações institucionais, como as relações entre a Igreja e o Estado.

Nos primeiros anos do século XX, o pentecostalismo estava distanciado de qualquer atividade política diretamente. No entanto, o crescimento do aparelho eclesiástico e sua organização política interna e externamente favoreceram a aproximação da denominação da corrida eleitoral no momento da abertura política nos anos 1980. A AD emerge, então, como ator de grande importância, como grupo de pressão de forte peso político. Conforme Baptista (2009):

Os pentecostais e neopentecostais reviraram a identidade evangélica. Fizeram uma composição dinâmica com elementos da tradição protestante, catolicismo popular e religiões afro-brasileiras, compondo experimentos religiosos que se desenvolvem e se expandem por toda a sociedade brasileira, mas funcionam também como produtos de exportação. A presença desses agentes na política nacional é fruto do crescimento numérico e, principalmente, da constituição, reforço e produção criativa de novas identidades coletivas, nascidas em meio à enorme variedade de crenças na sociedade brasileira (BAPTISTA, 2009, p.104).

A ressignificação de antigas identidades em novos modelos identitários por parte do fenômeno religioso pentecostal assembleiano reforça a ideia da necessidade de novas estratégias para a ação coletiva. Esta ação em coletividade, que não é inocente, é orientada pela intencionalidade e pela racionalidade da atuação dos atores.

A posição da organização política da AD, interna e externamente, tende a remeter suas demandas a uma “autoridade religiosa” e a força atemporal que legitima estruturas de relações de poder que embasaram sua lógica organizacional. Isso tendeu a ressignificar suas demandas institucionais no campo secular (como a disputa eleitoral) e direcionar para a esfera social tais demandas com forte apelo à identificação religiosa.

3 O PROTAGONISMO EVANGÉLICO E ASSEMBLEIANO

O protagonismo evangélico e assembleiano é visível. As estratégias eleitorais de candidatos evangélicos pentecostais da Igreja Assembleia de Deus para o Congresso Nacional nas eleições para 55ª legislatura são reproduzidas conforme a lógica da cultura política no Brasil com sucesso absurdo.

Para alcançar esse sucesso, ao longo do processo de redemocratização passaram a utilizar em larga escala da força interna que possuem os evangélicos e a AD, as grandes somas de dinheiro público, privado e de arrecadações internas, bem como a intensa obediência dos seus membros aos seus líderes que manobram a massa eleitoral evangélica, em direção à realização de campanhas de sucesso e vitórias expressivas na corrida eleitoral (MACHADO, 2006).

Ao lado da AD a IURD é a igreja pentecostal com maior sucesso eleitoral. Lança candidaturas próprias desde 1982. Segundo Oro (2003) “O sucesso eleitoral da Universal estaria levando outras igrejas a adotar estratégias semelhantes. [...] optando por indicar candidatos “oficiais” a seus membros, à maneira da Universal” (ORO, 2003 *apud* SMIDERLE, 2013, p. 142). Esse esforço se dá no sentido de:

[...] expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre as quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado, nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento aos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas (MARIANO, 2010, p. 91).

Partindo desse pressuposto, para justificarem seus mandatos, os políticos pentecostais de várias denominações apontam a defesa de determinados privilégios fiscais para igrejas, combate a penalidades de desobediência a leis restritivas à poluição sonora, questões relativas à edificação de templos, regularização de imóveis, dentre outros. Com o uso do rádio, TV e internet, a palavra do pastor, que na visão evangélica tradicional não pode ser contestada, reproduz a ideia do “voto de cajado” e tem alcançado seus objetivos de forma

significativa no parlamento brasileiro, assim como aponta para práticas paroquialistas e para a prática do clientelismo político.

A ocupação da esfera pública e as vitórias na política refletem um comportamento entre os parlamentares evangélicos e representantes da AD não muito distante das práticas políticas tradicionais. Tais representantes se comportam como a maioria dos parlamentares seguindo a cartilha do jogo político dentro da política partidária.

O fisiologismo dos partidos é presente no jogo, assim como o clientelismo que orienta os arranjos institucionais criados para a atuação, seja no Congresso ou no Senado. A aprovação ou não de propostas imbrica-se em tais arranjos dentro do presidencialismo de coalizão onde o executivo tem a primazia com poder de agenda. Mas, mesmo com um número expressivo, os representantes pentecostais, mais ainda os da AD, isoladamente (quadro 1 e 2) não têm poder de agenda para impor mudanças significativas no processo político orbitando em torno das decisões do alto clero no Congresso e no Senado.

QUADRO 1 - PARTIDOS COM MAIOR NÚMERO DE DEPUTADOS EVANGÉLICOS

PR	11
PSC	10
PR	8
PRB	8
PMDB	8
PSDB	6

FONTE: UOL. Bancada Evangélica no Congresso reelege 37 deputados. São Paulo. 06 de Out. 2014. <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelege-deputados.htm>>; Acesso em: 17 de Mai. 2015.

QUADRO 2 - IGREJAS EVANGÉLICAS COM O MAIOR NÚMERO DE DEPUTADOS

Assembleia de Deus	19
Batista	10
IURD	7
Presbiteriana	7
Renascer	4
Evangelho Quadrangular	4

UOL. Bancada Evangélica no Congresso reelege 37 deputados. São Paulo. 06 de Out. 2014. <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelege-deputados.htm>>; Acesso em: 17 de Mai. 2015.

A Bancada Evangélica nas eleições de 2014 alcançou grande êxito na corrida eleitoral. Elegeu-se número recorde de 78 representantes. Reelegeram-se 37 deputados. A bancada conseguiu reeleger 53% dos seus deputados nas eleições de outubro de 2014. Em uma população nacional de mais de 22% de evangélicos (IBGE, 2010), sub-representados, os

evangélicos somam cerca de 15% das cadeiras do Congresso sem expressão para impor uma agenda própria e aprovar projetos de forma isolada.

No entanto, os evangélicos conquistaram a presidência da Câmara com a eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da igreja Sara Nossa Terra e com ligações na AD. Teve entre seus cabos eleitorais o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) que é um braço político do pastor Silas Malafaia da AD. Os 75 deputados evangélicos no Congresso superam bancadas de importância como a feminista e sindical com 51 parlamentares cada. Os quadros 3 e 4 mostram a composição da Bancada Evangélica após as eleições para o Congresso Nacional em 2010 e 2014.

QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA (ELEIÇÕES 2010)

DEPUTADOS E SENADORES	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
Agnaldo Ribeiro	PP	PB	-	Novo
André Zacharow	PMDB	PR	-	Novo
Andréia Zito	PSDB	RJ	Maranata	Reeleito
Antônia Lúcia	PSC	AC	Assembleia de Deus	Nova
Arolde de Oliveira	DEM	RJ	Batista	Reeleito
Benedita	PT	RJ	-	Nova
Bispo Antônio Bulhões	PRB	SP	IURD	Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	SP	-	Nova
Cleber Verde	PRB	MA	-	Reeleito
Delegado Francischini	PSDB	PR	Assembleia de Deus	Novo
Dona Iris Rezende	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Reeleito
Dr. Adilson Soares	PR	RJ	Batista	Reeleito
Edinho Araújo	PMDB	SP	-	Novo
Edmar Arruda	PSC	PR	-	Novo
Eduardo Cunha	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
Edvaldo Holanda Junior	PTC	MA	Batista	Novo
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus	Novo
Fátima Pelaes	PMDB	AP	-	Reeleito
Filipe Pereira	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Reeleito
Garotinho	PR	RJ	-	Novo
George Hilton	PRB	MG	IURD	Reeleito
Gilmar Machado	PT	MG	Batista	Reeleito
Henrique Afonso	PV	AC	Presbiteriano	Reeleito
Jefferson Campos	PSB	SP	-	Reeleito
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Reeleito
Jonathan de Jesus	PRB	RR	IURD	Novo
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça de Deus	Reeleito
Josué Bengtson	PTB	PA	-	Novo
Laércio Oliveira	PR	SE	Presbiteriana	Novo
Lauriete Rodrigues	PSC	ES	Assembleia de Deus	Nova
Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
Líliam Sá	PR	RJ	-	Nova
Lincoln Portela	PR	MG	Batista	Reeleito
Lindomar Garçon	PV	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Manato	PDT	ES	Cristã Maranata	Reeleito

Marcelo Aguiar	PSC	SP	Igreja Renascer	Novo
Márcio Marinho	PRB	BA	-	Reeleito
Marco Feliciano	PSC	SP	Assembleia de Deus	Novo
Marcos Rogério	PDT	RO	Assembleia de Deus	Novo
Mário de Oliveira	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Missionário José Olimpo	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Novo
Neilton Mulim	PR	RJ	Batista	Reeleito
Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus	Novo
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterano	Reeleito
Otoniel Lima	PRB	SP	-	Novo
Pastor Eurico	PSB	PE	Assembleia de Deus	Novo
Pastor Heleno	PRB	SE	-	Novo
Pastor Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus	Novo
Rui Carneiro	PSDB	PB	-	Novo
Roberto de Lucena	PV	SP	-	Novo
Romero Rodrigues	PSDB	PB	-	Novo
Ronaldo Fonseca	PR	DF	Assembleia de Deus	Novo
Sabino Castelo Branco	PTB	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sérgio Brito	PDT	BA	Batista	Reeleito
Silas Câmara	PSC	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sueli Vidigal	PDT	ES	Batista	Reeleita
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Vaz de Lima	PSDB	SP	-	Novo
Vitor Paulo	PRB	RJ	IURD	Novo
Walter Tosta	PMN	MG	Batista	Novo
Washington Reis	PMDB	RJ	-	Novo
Zé Vieira	PR	MA	Assembleia de Deus	Reeleito
Zequinha Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus	Reeleito
Senador Marcelo Crivella	PRB	RJ	IURD	Reeleito
Senador Magno Malta	PR	ES	Batista	Reeleito
Senador Walter Pinheiro	PT	BA	Batista	Novo

FONTE: DIAP, 2010. Evangélicos crescem no Congresso; PSC tem mais representantes. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares>; Acesso em: 15 de Mai. 2015.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) classificou como integrante da bancada evangélica, além dos bispos e pastores identificados, aquele parlamentar que professa a sua fé segundo a doutrina evangélica.

QUADRO 4 - BANCADA EVANGÉLICA APÓS AS ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO (2014)

PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
Alan Rick	PRB	AC	Assembleia de Deus	Novo
JHC	SD	AL	Internacional da Graça de Deus	Novo
Silas Câmara	PSD	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
André Abdon	PRB	AP	Assembleia de Deus	Novo
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus	Reeleito
Irmão Lazaro	PSC	BA	Batista	Novo
Márcio Marinho	PRB	BA	Iurd	Reeleito
Sérgio Brito	PSD	BA	Batista	Reeleito
Tia Eron	PRB	BA	Iurd	Nova
Ronaldo Martins	PRB	CE	Iurd	Novo
Ronaldo Fonseca	Pros	DF	Assembleia de Deus	Reeleito
Manato	SD	ES	Cristã Maranata	Reeleito
Max Filho (Presbítero)	PSDB	ES	Igreja Presbiteriana da Glória	Novo

Sérgio Vidigal	PDT	ES	Batista	Novo
Fábio Sousa	PSDB	GO	Fonte da Vida	Novo
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Reeleito
Cleber Verde	PRB	MA	Congregação Cristã	Reeleito
Eliziane Gama	PPS	MA	Assembleia de Deus	Nova
George Hilton	PRB	MG	Iurd	Reeleito
Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
Lincoln Portela	PR	MG	Batista Nacional	Reeleito
Stefano Aguiar	PSB	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Fábio Garcia	PSB	MT	Sara Nossa Terra	Novo
Professor Victório Galli	PSC	MT	Assembleia de Deus	Novo
Josué Bengtson	PTB	PA	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Julia Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus	Nova
Aguinaldo Ribeiro*	PP	PB	Batista	Reeleito
Anderson Ferreira	PR	PE	Assembleia de Deus	Reeleito
Pastor Eurico*	PSB	PE	Assembleia de Deus	Reeleito
Rejane Dias	PT	PI	Batista	Nova
Christiane Yared*	PTN	PR	Catedral do Reino de Deus	Nova
Delegado Francischini	SD	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Edmar Arruda	PSC	PR	Presbiteriana Independente	Reeleito
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Toninho Wandscheer	PT	PR	Assembleia de Deus	Novo
Altineu Cortes	PR	RJ	Assembleia de Deus	Novo
Arolde de Oliveira	PSD	RJ	Batista	Reeleito
Aureo	SD	RJ	Metodista	Reeleito
Benedita da Silva	PT	RJ	Assembleia de Deus	Reeleita
Cabo Daciolo	PSol	RJ	Batista	Novo
Clarissa Garotinho*	PR	RJ	Presbiteriana	Nova
Eduardo Cunha*	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
Ezequiel Teixeira	SD	RJ	Projeto Vida Nova	Novo
Francisco Floriano	PR	RJ	Mundial do Poder de Deus	Reeleito
Marcos Soares	PR	RJ	Evangelho Quadrangu-lar	Novo
Roberto Sales	PRB	RJ	Universal	Novo
Rosangela Gomes	PRB	RJ	Iurd	Nova
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ	Assembleia de Deus - Ministério Vitória em Cristo	Novo
Washington Reis	PMDB	RJ	Nova Vida	Reeleito
Antônio Jácome	PMN	RN	Assembleia de Deus	Novo
Lindomar Barbosa Alves	PMDB	RO	Assembleia de Deus	Novo
Marcos Rogério	PDT	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Carlos Andrade	PHS	RR	Assembleia de Deus	Novo
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	Iurd	Reeleito
Carlos Gomes	PRB	RS	Iurd	Novo
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterana	Reeleito
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	Assembleia de Deus	Novo
Geovania de Sá	PSDB	SC	Assembleia de Deus	Nova
Laércio Oliveira	SD	SE	Presbiteriana	Reeleito
Pastor Jony	PRB	SE	Iurd	Novo
Antônio Bulhões	PRB	SP	Iurd	Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	SP	Congregação Cristã no Brasil	Reeleita
Edinho Araújo	PMDB	SP	Presbiteriana	Reeleito
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	Batista	Novo
Jefferson Campos	PSD	SP	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça	Reeleito
Missionário José Olímpio	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Reeleito
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	SP	Assembleia de Deus	Novo

Pastor Marco Feliciano*	PSC	SP	Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus	Reeleito
Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus	Reeleito
Roberto Alves	PRB	SP	Iurd	Novo
Roberto de Lucena	PV	SP	O Brasil para Cristo	Reeleito
Vinicius Carvalho	PRB	SP	Iur	Novo

(*) *Deputados e deputadas que atingiram o quociente eleitoral*

FONTE: DIAP. Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados. 06 de Out. 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24534:bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392>; Acesso em: 15 de Mai. 2015.

Dentre esses deputados eleitos para a 55ª legislatura, o mais votado foi o pastor Marco Feliciano que obteve um quociente de quase 400 mil votos no estado de São Paulo. A AD elegeu 26 deputados no pleito de 2014.

A Bancada Evangélica no Congresso, da qual fazem parte os representantes da AD, geralmente está imbricada em acordos e arranjos institucionais que visam o impedimento de determinadas propostas. Ela tem se articulado para dificultar a aprovação de determinados projetos na defesa de uma agenda conservadora em relação aos direitos humanos, liberdade de culto e defesa da fé por parte de outras religiões - como as de origem afrodescendente - igualdade de gênero e propostas ligadas ao público LGBT, como a união civil de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto, dentre outras.

O pastor Marco Feliciano enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos no Congresso durante a 54ª legislatura alcançou a aprovação do PDC 234/2011 de autoria do pastor João Campos (PSDB-GO). Este deputado também esteve empenhado em discutir medidas contra a decisão do Conselho Nacional de Justiça de obrigar os cartórios a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Outro episódio envolvendo integrantes dessa bancada foi a hostilização da apresentadora Xuxa Meneghel, durante uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que discutia a aprovação da “Lei da Palmada” contra a violência e tratamento humilhante contra crianças e adolescentes. Durante a sessão, o deputado Pastor Eurico (PSB-PE) da

AD levantou a voz afirmando que “a conhecida rainha dos baixinhos em 1982 provocou a maior violência contra as crianças em um filme pornô”.³.

Os deputados conseguiram neste dia, impedir a votação da CCJ. No entanto, a Lei foi aprovada em maio de 2014 e rebatizada de “Lei Menino Bernardo” em homenagem a Bernardo Boldrini, assassinado no Rio Grande do Sul, supostamente, pelo pai e pela madrasta.⁴.

Ao longo do início da 55ª legislatura, pentecostais e assembleianos se voltaram contra novelas transmitidas pela Rede Globo, apoiaram discursos a favor do impeachment da Presidente eleita Dilma Rouseff, intervenção militar e marcharam pelas ruas como um exército de prosélitos dispostos ao gládio.

Promoveram seus pares no cenário nacional mantendo privilégios de comunicação, atuaram contra projetos de interesse nacional unidos a setores conservadores como o agronegócio e a indústria de armamentos, a “bancada BBB, Bala, Boi e Bíblia”, termo usado pela deputada Érica Kokay em uma reunião do Partido dos Trabalhadores⁵.

Tais fatos que se somam aos crescentes escândalos de corrupção e recebimento de propinas por meios ilícitos por diversos parlamentares dessa bancada como o exemplo do próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha, noticiado amplamente por diversos jornais.

4 CONCLUSÃO

No geral, o fenômeno religioso pentecostal ainda está distante de uma articulação mais efetiva no plano político nacional em torno de um projeto político nacional. No entanto,

³ GONZATTO, M. Bancada Evangélica ganha força inédita no Congresso. *ZH Notícias*. Religião e Política. 23 de Fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>>; Acesso em: 15 de Mai. 2015.

⁴ CASTRO, G. e MATTOS, M. Vinde a mim os eleitores: a força da bancada evangélica no Congresso. *Brasil. Veja*. 23 de Mar 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-forca-dos-evangelicos-no-congresso/>>; Acesso em: 15 de Mai. 2015.

⁵ MARTINS, R. A bancada BBB domina o Congresso. *Carta Capital*. Política. 14 de Abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>>; Acesso em de 10 de Ago. 2015.

num processo de “aburguesamento” (FRESTON, 1993; CAMPOS, 1999; MARIANO, 2010), a nova geração da AD parece que tem alterado substancialmente a sua trajetória.

A denominação já compõe atualmente organismos como a Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e Associação de Editores Cristãos (ASEC), dentre outros segmentos com capacidade de articulação política no plano nacional. Além disso, a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP) foi fundada no Brasil por empresários assembleianos e “tem como projeto evangelístico jantares em hotéis cinco estrelas” (ALENCAR, 2010, p. 53).

Após 87 anos de existência, em 1998 a AD se lançou oficialmente na televisão brasileira com o programa “Movimento Pentecostal” transmitido na época pela Rede Manchete. Fato que provocou intenso debate porque era “pecado ter televisão”. A AD já transmitia um programa de televisão desde 1981, pela AD de Belém, no Pará, de forma regional (Idem).

Suas práticas tradicionais se alteraram significativamente como na relação entre a vida asceta e mundo vivido, houve a flexibilização da rigidez e da imposição de usos e costumes cotidianos como “regra de fé e prática”, além de expressar uma aproximação com setores secularizados da sociedade, como a esfera cruel da política partidária.

Sobre a importância das práticas políticas da AD para a democracia, a partir de tais resultados, pode-se concordar com a tese apresentada por Freston (1993), de que até o momento,

[...] a política pentecostal não apoiou a tese da correspondência entre cosmologia religiosa e prática política. Segundo essa tese [...] o protestantismo prega o contato direto com Deus. A ética universalista e valorizadora da honestidade e do trabalho tornaria o clientelismo moralmente condenável. Mas as crenças não são camisas-de-força; em circunstâncias diversas, elementos de uma herança doutrinária podem ser ressaltados ou negligenciados (FRESTON, 1993, p. 284-285).

Nesse sentido, as hipóteses que se aproximam mais da realidade parecem contribuir com a ideia de que a prática dos pentecostais tem sido autoritária e manipuladora, bem como, intolerante com os que se rebelam contra as suas lideranças, além de afirmar o voto de cabresto e o direcionamento do voto do eleitorado evangélico pentecostal assembleiano em busca de sucesso eleitoral (BAPTISTA, 2009).

Em relação ao campo partidário e parlamentar, a hipótese de que as relações com os governos têm refletido aspectos como o fisiologismo, o clientelismo e o corporativismo dentro dos arranjos institucionais, seguindo a lógica da política partidária brasileira, reforçando alguns elementos da “cultura política” brasileira como os exemplos, do autoritarismo, o nepotismo e o clientelismo para o sucesso dos arranjos pautados em pressupostos distributivistas e paroquialistas, como apontam Tomio e Ricci, (2008), tem se reafirmado.

Com relação à possibilidade de contribuição do fenômeno religioso pentecostal para a cidadania, o processo democrático que emerge dentro dos debates originários no seio do pentecostalismo podem permitir um avanço no sentido da participação política de grupos e membros em práticas sociais por meio de sua mobilização interna. Mas a prática não confirma essa ideia.

A capacidade de mobilização interna para a atividade política da maioria dos membros e dos grupos como contribuição para a democratização da estrutura institucional do fenômeno religioso pentecostal assembleiano é pequena. Isso reforça a ideia de que pode ser um obstáculo ao avanço da democracia, de forma geral, porque sua estrutura organizacional reproduz as práticas tradicionais e vícios da política brasileira.

A organização política da AD seguiu um processo de racionalização de suas práticas com a organização política interna e externa no sentido de obter resultados positivos no alcance de membros, privilégios e dividendos provenientes da inserção em cargos na esfera pública. O modelo de escolha de candidatos a partir de prévias internas na AD reforça o caráter autoritário e o gregarismo. Impõe o “voto de cajado”, ou seja, o voto orientado pelo pastor.

A escolha de “candidatos oficiais” dentro da denominação favorece tais candidatos, fortalece suas candidaturas oficiais e permite maior sucesso eleitoral diante do eleitorado pentecostal, manobrado dentro dos templos através de estratégias eleitorais consolidadas na cultura política brasileira com o direcionamento do voto e apelo à identificação religiosa.

5 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Bernardo: Instituto Metodista Izabela Hendrix/Annablume, 2009.

BURITY, Joanildo A.; MACHADO, M. D. C. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2005.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo*. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>; Acesso em 09 de jan. 2012.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo*. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 09 de jan. 2012.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 304 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

_____. Protestantismo e Democracia no Brasil In: *Lusotopie*, 1999, p. 329-340. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf>>; Acesso em 19 de set. 2011.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião. A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2010.

SMIDERLE, Carlos. G. S.M. *Modernização à brasileira: o tempero pentecostal na política nacional*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas e RICCI Paolo. *Conexão Eleitoral, Processo Legislativo e Estratégias Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais. 6º Encontro da ABCP*. UNICAMP. Campinas. 2008.